



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681249 - SC (2021/0225553-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : VICTOR AUGUSTO SCHEUER PEREIRA
ADVOGADO : VICTOR AUGUSTO SCHEUER PEREIRA - SC053853
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : JOAO VITOR SILVA MARTINS (PRESO)
PACIENTE : MARLON DE ANDRADE LIMA (PRESO)
PACIENTE : WILKER BARROS PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOAO VITOR SILVA MARTINS, MARLON DE ANDRADE LIMA e WILKER BARROS PEREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (*Habeas Corpus* n. 5037660-65.2021.8.24.0000).

Os pacientes, denunciados pela prática em tese dos crimes previstos no art. 288, no art. 171, *caput* (por duas vezes), e no art. 171, *caput*, c/c o art. 14, II (por uma vez), todos do Código Penal, encontram-se presos preventivamente para a garantia da ordem pública, haja vista a gravidade concreta dos fatos delitivos imputados, a periculosidade dos agentes e o risco de reiteração.

O impetrante sustenta a ilegalidade das prisões preventivas, ao argumento de que estão fundadas em elementos genéricos. Aduz que a liberdade dos pacientes não representa risco para a instrução processual, sob a alegação de que todas as provas já foram colhidas no âmbito da ação penal em que foram denunciados. Assevera, ainda, que não há risco de reiteração delitiva e nem de ofensa à ordem pública, porquanto os pacientes gozam de condições pessoais favoráveis. Afirma a possibilidade de substituição das prisões por medidas cautelares diversas.

Requer, liminarmente, o deferimento de liberdade provisória aos pacientes, com a expedição dos alvarás de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente